



Reg.
João

ATA NÚMERO CINCO

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE _____

----Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete reuniram, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal; _____
2. Eleição de quatro representantes e suplentes para integrarem a Assembleia Intermunicipal; _____
3. Eleição de representantes das Juntas de Freguesia para participação nos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (efetivo e suplente); _____
4. Eleição de representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Policia; _____
5. Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Tavira; _____
6. Eleição de representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Apoio às Pescas; _____
7. Eleição de representante das Juntas de Freguesia para vogal do Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal; _____
8. Eleição de cinco cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança; _____
9. Eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal e respetivos suplentes para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; _____
10. Eleição de representante de cada força partidária representada na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Juventude; _____
11. Eleição de representante do Município para integrar o Conselho da Comunidade do ACES – Agrupamento dos Centros de Saúde do Sotavento, da ARS Algarve; _____

12. Eleição de representantes para a Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de Tavira; _____
 14. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 167/2017/CM, referente à TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente EM, S.A. – Fiscal único. _____
 15. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 176/2017/CM, referente à determinação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); _____
 16. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 178/2017/CM, referente à determinação da participação variável no IRS; _____
 17. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 179/2017/CM, referente à determinação da Derrama; _____
 18. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 181/2017/CM, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Ano 2018; _____
 19. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 182/2017/CM, referente ao júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, cargo de direção intermédia de 3º. Grau – 7-PC/17; _____
 20. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 184/2017/CM, referente à composição do Conselho Municipal de Educação e designação do representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia; _____
 21. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 185/2017/CM, referente ao concurso público para a aquisição de apólices de seguros – Seguro de acidentes pessoais para os membros dos órgãos autárquicos e compromissos plurianuais; _____
 22. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 186/2017/CM, referente à aquisição de serviços de desinfestação correta em espaços públicos e edifícios do Município de Tavira e de outras situações pontuais/excecionais – Compromissos plurianuais; _____
 23. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 187/2017/CM, referente à assunção de compromissos plurianuais – Delegação de competência no Presidente da Câmara Municipal – nº.3 do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (LCPA). _____
 24. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 197/2017/CM, referente ao Concurso Público para o fornecimento de refeições aos Estabelecimentos de Ensino do Pré-Escolar e 1º. Ciclo – Compromissos plurianuais e abertura de procedimento; _____
 25. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 198/2017/CM, referente à 15-Emp/17 – Obras de Conservação na Escola EB+JI da Conceição – Compromissos plurianuais. _____
- O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. _____

---Cumprimentando os presentes o Presidente da Assembleia desejou as boas vindas dos membros à primeira Sessão da Assembleia Municipal daquela legislatura e informou que antes de darem propriamente início à sessão, iria dar posse à Membro Muriel Cristina Dias que por motivos justificados não tinha podido estar presente na Sessão de Tomada de Posse daquela Assembleia Municipal. _____

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Conceição Martins, Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues, Hugo Daniel Santos Gomes, Joaquim José Brandão Pires, Jorge Humberto Martins Corvo, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Otília Martins Cardeira, Miguel Filipe Ferro do Carmo Pires, Muriel Cristina Dias, Narciso dos Reis Martins Barradas, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Pedro Miguel Entrudo Soares, Ricardina Pereira Alcaide Jesus, Sílvia Alexandra Sanches Soares, Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira e Victor Manuel do Nascimento Palmeira. _____

----Os membros José Epifânio Martins Graça e Maria Manuela Gonçalves Romão solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Maria João Teixeira Dias Anjos e Ricardina Pereira Alcaide de Jesus, respetivamente. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que para iniciar os trabalhos pretendia chamar à atenção para o facto daquela se tratar de uma Sessão Extraordinária pelo que não teria período antes da Ordem do Dia, tendo, no entanto, um período para intervenção do público que, caso pretendesse usar da palavra, deveria proceder à inscrição junto do secretariado. _____

----A Sessão era composta por muitos pontos sendo que grande parte se referiam às eleições para representantes nas Comissões e Conselhos cuja realização era obrigatória na primeira Sessão da Assembleia Municipal. _____

----Relativamente ao primeiro ponto da Ordem do Dia, apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal pretendia referir que como já vinha sendo hábito, pelo menos no anterior mandato, o Regimento tinha sido alterado e aprovado primeiramente em Conferência de Líderes, sendo pois o que pretendia propor, que o Regimento baixasse à Conferência de Líderes composta por representantes de todos os Grupos Parlamentares para que fizessem as alterações que entendessem, cuja Conferência marcaria para data anterior à Sessão da Assembleia seguinte, dentro de alguns dias, para que ele próprio juntamente com os cinco líderes dos vários grupos, pudessem apresentar um Regimento de funcionamento daquela Assembleia Municipal consensual. Considerava que era o mais prático, não o mais democrático uma vez que ali estava a democracia toda representada, mas seria muito moroso sobretudo numa reunião daquela dimensão, com uma Ordem do Dia de vinte e cinco pontos, estarem a debater os artigos do Regimento. _____

Proj.
[Handwritten signature]

----Pensava que a Sessão seguinte, sessão ordinária, ainda iria acontecer durante o corrente ano, entre o Natal e o Ano Novo, pelo que combinaria com os representantes de cada bancada, presumivelmente entre os dias um e oito de dezembro, para reunirem. _____

----Assim colocava à votação a aceitação da proposta que tinha acabado de efetuar. _____

----A proposta foi aprovada por unanimidade, sendo que o Regimento da Assembleia Municipal baixaria à Conferência de Líderes numa reunião a marcar dentro em breve, que em caso de necessidade poderiam ser duas reuniões, para o que deveriam de estar preparados, de modo a que o Regimento pudesse ser aprovado, provavelmente no dia vinte e sete de dezembro cuja data era a estimada para a Sessão da Assembleia Municipal seguinte. _____

----Passando às eleições dos representantes para as Comissões e Conselhos, o Presidente da Assembleia disse que pretendia propor uma metodologia que lhes permitiria poupar tempo. Assim, propunha que fizessem uma votação e enquanto eram contados os votos, passariam ao ponto seguinte que após efetuada a votação apresentaria o resultado do ponto anterior. Com aquele método pretendia evitar que tivessem que aguardar o resultado de cada uma das votações, tornando daquela força o processo mais célere. _____

----O Presidente da Assembleia informou que iriam começar com o ponto número dois da Ordem do Dia referente à eleição de quatro representantes e suplentes para integrarem a Assembleia Intermunicipal para o que tinham sido entregues duas listas, denominadas "Lista A" e "Lista B". A Lista A tinha sido apresentada pelo Grupo do PS – Partido Socialista e a Lista B pelo Grupo do PSD – Partido Social Democrata. Acrescentou que os boletins de voto apenas continham "Lista A" e "Lista B" pelo que passava a indicar os nomes que compunham cada uma das listas. _____

----Lista A: José Otílio Pires Baia, Joaquim José Brandão Pires, José Epifânio Martins da Graça e Maria José Dias Palma Simão Mestre como membros efetivos e Sílvia Alexandra Sanches Soares, Victor Manuel do Nascimento Palmeira, Nuno Filipe Gonçalves Diogo e Maria Manuela Gonçalves Romão como suplentes. _____

----Lista B: Muriel Cristina Dias, Jorge Humberto Martins Corvo, Hugo Daniel dos Santos Gomes e Silvino Mário Pereira Dores Santos de Oliveira como membros efetivos e Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas Silva Baioa como suplente. _____

----Relativamente ao apuramento do resultado, o Presidente da Assembleia explicou que o mesmo era calculado pelo método de *Hondt* e que os presidentes de junta de freguesia não votavam naquela eleição. _____

----Passou ao ponto número três referente à eleição de representantes das Juntas de Freguesia para participação nos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (efetivo e suplente). _____

---A proposta que ia ser apresentada continha o Membro José Liberto da Conceição Graça, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, como efetivo, e Carla Patrícia Maié Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, como suplente. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que antes de passar ao ponto seguinte apresentava o resultado da votação dos representantes para integrarem a Assembleia Intermunicipal, sendo que a Lista A tinha obtido catorze votos, a Lista B, cinco votos e verificado dois votos em branco, pelo que aplicado o método de *Hondt* tinham sido eleitos para integrarem a Assembleia Intermunicipal os membros: José Otílio Pires Baia, Joaquim José Brandão Pires, Muriel Cristina Dias e José Epifânio Martins Graça.

---O Membro Jorge Corvo solicitou um esclarecimento quanto ao apuramento dos suplentes, se seriam os membros seguintes, até porque inicialmente tinham apresentado cinco membros efetivos, o total dos membros da sua bancada. _____

---O Presidente da Assembleia disse que a eleição era para quatro membros efetivos e não cinco. Sendo a lista apresentada pelo PS composta por quatro membros efetivos e quatro suplentes que faltando o primeiro membro efetivo seria substituído pelo primeiro membro suplente, todavia no caso da eleição que tinham acabado de realizar, porque continha membros das duas listas, a dúvida residia em saber se o suplente de cada membro efetivo era o seguinte na lista ou o apresentado como suplente, pelo que iriam solicitar aquela explicação à Comunidade Intermunicipal. Tratava-se de uma questão que já tinha sido colocada há quatro anos atrás que devido ao facto de ter havido apenas uma lista, tinha sido ultrapassada. _____

---O Presidente da Câmara reforçou que aquela questão já tinha sido levantada há quatro anos atrás e que seria esclarecida dentro de alguns dias, seguramente na primeira reunião da Assembleia Intermunicipal. Quando há quatro anos tinham sido eleitos os representantes para integrarem a Assembleia Intermunicipal, a substituição do primeiro membro efetivo era efetuada pelo primeiro membro suplente, a substituição do segundo efetivo, pelo segundo suplente, e assim sucessivamente. Aquela questão tinha originado alguma confusão, pelo que seguramente seria esclarecida quando o Órgão se constituísse, sobre o modo como eram efetuadas as suplências que, se fossem como no passado, não tinha quaisquer dúvidas que o primeiro suplente substituiria o primeiro efetivo, o segundo suplente substituiria o segundo efetivo até ao quarto membro eleito. _____

---O Membro Jorge Corvo disse que era daquela forma porque existia uma lista conjunta, que ressaltava que os membros suplentes substituísem apenas os membros efetivos do respetivo partido político. _____

---O Presidente da Assembleia passou ao ponto número quatro da Ordem do Dia referente à eleição de representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Policia informando que tinham sido indicados dois nomes, pelo que teriam que votar em alternativa.

A proposta era constituída pelos membros José Mateus Domingos Costa e Jorge Humberto Martins Corvo. _____

----Apresentou o resultado do ponto número três referente à eleição de representantes das Juntas de Freguesia para participação nos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (efetivo e suplente), tendo o Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, José Liberto da Conceição Graça, como representante efetivo e a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins, como suplente, sido eleitos por maioria com vinte votos e registados dois votos contra e cinco votos em branco. _____

----Passando ao ponto número cinco sobre a eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Tavira, o Presidente da Assembleia informou que o Presidente de Junta de Freguesia proposto era o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa. _____

----Apresentou o resultado da votação para a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Policia para a qual tinha sido eleito por maioria o Membro José Mateus Domingos Costa com vinte votos, tendo o Membro Jorge Humberto Martins Corvo obtido cinco votos e havido dois votos em branco. _____

----O ponto número seis referia-se à eleição de representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Apoio às Pescas para o que haviam sido propostos dois membros em alternativa, Maria José Dias Palma Simão Mestre ou Silvino Mário Pereira Dores Santos de Oliveira. _____

----O Presidente da Assembleia informou o resultado da eleição para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Tavira para o que constava nos boletins de voto apenas o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas Sousa, que tinha sido eleito com vinte e dois votos e cinco votos em branco. _____

----Relativamente ao ponto número sete, eleição de representante das Juntas de Freguesia para vogal do Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal, informou que era apresentada apenas uma única proposta em que constava o Presidente da Junta de Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira. _____

----O Presidente da Assembleia apresentou o resultado da votação para a eleição de representante na Comissão Municipal de Apoio às Pescas para a qual a Membro Maria José Dias Palma Simão Mestre tinha sido eleita com vinte votos, tendo o Membro Silvino Mário Pereira Dores Santos de Oliveira obtido cinco votos e registado dois votos em branco. _____

----Quanto ao ponto número oito referente à eleição de cinco cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, no boletim de voto constavam os nomes de Eduardo José Pacheco de Mendonça, Jorge Constantino Pereira Martins, Norberto José Mestre, Luís Filipe Albino Silva e Leonardo António Gonçalves Martins pelo que se tratava de uma votação nominal. _____

Reg.
ACM

---Passando ao ponto número nove, eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal e respetivos suplentes para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, informou que era apresentada apenas uma lista composta por quatro membros efetivos, Elsa Maria da Conceição Martins, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Narciso dos Reis Martins Barradas e Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa tendo como suplentes os membros, Victor Manuel do Nascimento Palmeira, José Epifânio Martins da Graça, Maria José Dias Palma Simão Mestre e Silvino Mário Pereira Dores Santos de Oliveira. _____

----O Presidente da Assembleia indicou o resultado da votação para a eleição de representante das Juntas de Freguesia para vogal do Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal para a qual o Presidente da Junta de Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira tinha sido eleito com vinte e dois votos e registado cinco votos em branco. _____

---Disse que enquanto se procedia à contagem dos votos para o Conselho Municipal de Segurança, passariam à eleição dos representantes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo para a qual já tinham sido distribuídos os boletins de voto. _____

----Apresentou o resultado da eleição de cinco cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, na qual se tinha registado o seguinte resultado: _____

----Eduardo José Pacheco de Mendonça com vinte e dois votos a favor e cinco em branco; _____

----Jorge Constantino Pereira Martins com vinte votos a favor e sete em branco; _____

----Norberto José Mestre com vinte e um votos a favor e seis em branco; _____

----Luís Filipe Albino Silva com quinze votos a favor e doze em branco; _____

----Leonardo António Gonçalves Martins com dezasseis votos a favor e onze em branco. _____

---Passou ao ponto número dez referente à eleição de representante de cada força partidária representada na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Juventude sendo que pela bancada do PS era proposto o Membro Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues, pela bancada do PSD o Membro Hugo Daniel Santos Gomes, pela bancada do BE – Bloco de Esquerda o Membro Artur António Guerreiro Sanina, pela bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária o Membro Pedro Miguel Entrudo Soares e pela bancada do NC – Nós Cidadãos o Membro Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino. _____

----O Presidente da Assembleia apresentou o resultado para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo cuja lista apresentada incluía os membros Elsa Maria da Conceição Martins, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Narciso dos Reis Martins Barradas e Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa como membros efetivos e Victor Manuel do Nascimento Palmeira, José Epifânio Martins da Graça, Maria José Dias Palma Simão Mestre e Silvino Mário Pereira Dores Santos de Oliveira que tinha sido eleita com vinte e quatro votos a favor, um voto contra e um voto em branco.

Mej
[Handwritten signature]

---O ponto número onze referia-se à eleição de representante do Município para integrar o Conselho da Comunidade do ACES – Agrupamento dos Centros de Saúde do Sotavento, da ARS Algarve. O Presidente da Assembleia informou que eram propostos dois cidadãos pois, como relembra, tratava-se da eleição de um representante do Município que não tinha obrigatoriamente que ser membro da Assembleia Municipal, pelo que os nomes apresentados eram Maria Otilia Martins Cardeira e Elsa Maria Simas Cordeiro, que obviamente seriam votados em alternativa. _____

---Informou que a lista apresentada com os membros de cada força partidária representada na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Juventude, Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues pelo PS, Hugo Daniel Santos Gomes pelo PSD, Artur António Guerreiro Sanina pelo BE, Pedro Miguel Entrudo Soares pela CDU e Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino pelo NC, tinha sido aprovada por unanimidade. _____

---Relativamente ao ponto número doze, eleição de representantes para a Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de Tavira, referiu que tinham sido apresentadas duas listas, A e B, sendo que a Lista A era composta por José Otilio Pires Baia como efetivo e Joaquim José Brandão Pires como suplente, e a Lista B, por Jorge Humberto Martins Corvo como efetivo e Silvino Mário Pereira Dores Santos de Oliveira como suplente, que seriam votadas em alternativa. _____

---Apresentou o resultado para o Conselho da Comunidade do ACES – Agrupamento dos Centros de Saúde do Sotavento, da ARS Algarve, para o qual tinha sido eleita Maria Otilia Martins Cardeira com vinte votos, tendo Elsa Maria Simas Cordeiro obtido cinco votos e registado dois votos em branco. ____

---O Presidente da Assembleia lembrou que o ponto número treze, apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal tinha sido retirado uma vez que a informação do Presidente da Câmara não era apresentada em Sessões Extraordinárias e, seguindo o método que estava a ser usado passariam desde logo ao ponto número catorze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 167/2017/CM, referente à TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente EM, S.A. – Fiscal único. _____

---O Presidente da Câmara desejou a todos um bom mandato, que considerava importante pois Tavira necessitava de uma Assembleia Municipal onde fosse possível haver boas discussões e decisões. Parabenizou os eleitos, desejando um bom trabalho nas Comissões e Conselhos para que tinha acabado de ser eleitos. _____

---Quanto à proposta tratava-se de uma questão simples. A TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M. possuía um Fiscal Único que tinha que ser validado em Reunião de Câmara e Sessão de Assembleia Municipal, pelo que, basicamente o que estavam a propor era que o Fiscal Único da TaviraVerde se mantivesse o mesmo que sempre tinha sido desde a sua criação, a sociedade ROC –

rey.
[Handwritten signature]

Revisor Oficial de Contas, Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, sendo pois o que estava em discussão e para o que solicitava a aprovação. _____

----Colocada a proposta da Câmara Municipal número 167/2017/CM, referente à TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente EM, S.A. – Fiscal único a votação, foi a mesma aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. _____

----O Presidente da Assembleia informou que já dispunha dos resultados referentes à eleição de representantes para a Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de Tavira para o que tinham sido apresentadas duas listas, A e B, sendo que a Lista A era encabeçada por José Otilio Pires Baia e a Lista B por Jorge Humberto Martins Corvo. _____

----Apurados os resultados, a Lista A tinha obtido vinte votos, a Lista B, cinco votos e verificado, dois votos em branco, pelo que tinha sido eleito por maioria, José Otilio Pires Baia como membro efetivo e Joaquim José Brandão Pires como suplente para integrarem a Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal de Tavira. _____

----Passando ao ponto número quinze referente à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 176/2017/CM, referente à determinação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Presidente da Assembleia informou que esta era constituída por três pontos: O ponto número um referente à fixação das taxas de IMI para o ano de dois mil e dezoito em zero vírgula oito por cento para os prédios rústicos e em zero vírgula trezentos e setenta e cinco por cento para os prédios urbanos avaliado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); O ponto número dois, a determinação da aplicação da redução de taxa nos imóveis em que o proprietário tivesse dependentes no seu agregado familiar, sendo que com um dependente seria aplicada uma redução de vinte euros, com dois dependentes, quarenta euros e com três dependentes ou mais, setenta euros; O ponto número três era referente à majoração em trinta por cento nos termos previstos no n.º 8 do art.º 112 do CIMI, sendo a taxa aplicável a prédios urbanos degradados no centro histórico de Tavira, cujos limites de área de reabilitação urbana tinham sido aprovados em 25 de fevereiro de 2013 e publicados em Diário da República n.º 58, II Série, de 22 de março, aviso n.º 4225. _____

----O Presidente da Câmara disse que gostava de dar um contributo para a discussão, sendo que, na prática, aquele já era o terceiro ano consecutivo em que o Executivo apresentava uma proposta de redução do IMI, sendo certo que tinham tentado ser realistas na abordagem como sempre faziam. No ano de dois mil e dezasseis o IMI tinha baixado, como tinha acontecido em dois mil e dezassete e estavam novamente a propor para o ano de dois mil e dezoito que já não era ano de eleições mas antes o primeiro ano após as mesmas, dando cumprimento ao programa que tinha sido sufragado pelos tavirenses que era no sentido de irem baixando os impostos municipais de uma forma progressiva e sustentada. _____

---Assim a proposta que apresentavam com a redução para uma taxa de zero vírgula trezentos e setenta e cinco por cento iriam registar uma perda de receita de cerca de cem mil euros cujo valor seria devolvido aos cidadãos. Tinham também adotado o IMI Familiar como, à exceção do primeiro ano, vinham a aplicar desde que tinha sido adotado e que inicialmente era calculado em termos percentuais tendo presentemente um valor fixo. Obviamente que também tinham majorado em trinta por cento de agravamento a recuperação dos prédios no centro histórico sendo certo que cada vez mais prédios estavam a ser recuperados naquela zona o que era um sinal importante e de que um agravamento daquela taxa faria com que as pessoas também se pudessem motivar para recuperar. _____

---Assim como o Presidente da Assembleia já tinha referido os valores das taxas, pretendia apenas dar aqueles sinais políticos de que a redução do IMI que propunham consistia no que, responsabilmente, consideravam que mantinha a Câmara Municipal em termos dos investimentos que tinham para fazer visto terem um conjunto de investimento, intervenções de vulto para programar e lançar, e que teriam concretização no ano seguinte, como era o caso do Cineteatro António Pinheiro cuja intervenção iria seguramente acontecer no ano seguinte pois estava em fase final de concurso bem como um conjunto de reabilitações que tinham que continuar a executar para não serem acusados de apenas executarem intervenções antes dos dias de eleições, que não era o que pretendiam, mas antes executar obra sustentada e progressiva de modo a poderem vir a reduzir os impostos. _____

---Tratava-se de um valor que consideravam aceitável que gostariam que fosse maior mas também não podiam por em perigo a sustentabilidade das contas municipais e, sobretudo, não prejudicar o investimento. _____

---O Presidente da Câmara acrescentou que Tavira se estava a consolidar como projeto turístico, como zona turística ligada à cultura mas ainda carecia de um volume substancial de intervenções, principalmente quanto ao edificado municipal, uma vez que a rede viária tinha apresentado grandes melhorias nos últimos quatro anos. _____

---O Membro Jorge Corvo disse que relativamente ao IMI, os Vereadores do PSD vinham há vários anos a propor uma redução sustentável do mesmo, uma redução para valores inferiores aos propostos pelo Executivo. _____

---Quanto à evolução verificada entre dois mil e quinze e dois mil e dezasseis também pretendia referir que a descida do valor do IMI não era liquida pois não se verificava para todos, apenas para alguns, porque a alteração do IMI Familiar de valor percentual para valores fixos tinha implicado que todos os agregados familiares com um filho e com imóveis avaliados em sessenta e nove mil euros viessem a pagar mais o que também acontecia no caso de agregados com dois filhos e com imóveis avaliados em mais de oitenta e dois mil e quinhentos euros e, com três filhos e habitações a partir de cento e três mil euros. _____

---Continuou referindo que no presente ano a situação voltava a repetir-se pois ao reduzirem meio ponto percentual o limite dos capitais também aumentava alguns milhares de euros o que se traduzia no facto de grande parte dos tavirenses, provavelmente a maioria, os que mais pagavam, continuassem a pagar mais do que tinham pago no ano de dois mil e quinze, pelo que não se tratava efetivamente de uma redução. Por outro lado, também tinham que ter em consideração o impacto do IMI nas contas do Município que, no primeiro semestre do corrente ano, tinha aumentado quinhentos e noventa mil euros o que correspondia a mais dezasseis por cento da coleta daquele imposto. _____

---Para concluir, referiu que tendo em consideração aqueles números, as famílias de Tavira poderiam, face às contas apresentadas pelo Município nos últimos anos, beneficiar de algum alívio naquele imposto que, apesar das intervenções, pensava existirem alternativas em termos do imposto podendo perfeitamente estar a ser cobrado aos tavirenses o IMI mínimo permitido. _____

---O Membro Artur Sanina começou por, saudando os novos elementos, desejar a todos um bom mandato para os quatro anos que se iniciavam. _____

---Referiu que a sua intervenção naquele segundo mandato seria algo diferente uma vez que não tendo muitas bases económicas para efetuar uma análise das taxas tinha, através do Núcleo do BE de Tavira, tentado proceder a uma análise mais concreta tendo verificado que entre os anos de dois mil e treze e dois mil e dezasseis o Município tinha arrecadado mais seiscentos e noventa e um mil euros pois agregando os prédios rústicos e urbanos, o valor no ano de dois mil e treze tinha sido de seis milhões, oitocentos e vinte mil euros e em dois mil e dezasseis, sete milhões e quinhentos e doze mil euros. _____

---Perante os resultados ali apresentados a receita do Município refletia trinta e seis por cento de impostos diretos sendo a razão por que apresentavam a proposta de redução para zero vírgula trinta e sete por cento que relativamente aos zero trinta e oito por cento existentes representava uma perda de cerca de duzentos mil euros que, como explicaria mais tarde na discussão dos outros impostos, poderiam ser compensados por via dos mesmos permitindo daquela forma concretizar os investimentos pretendidos. _____

---Continuou dizendo que com aquela proposta pretendiam aliviar a carga dos cidadãos pois pensavam que tendo a receita sofrido um aumento de seiscentos e noventa e um mil euros nos quatro anos anteriores, a taxa poderia passar para zero vírgula trinta e sete por cento cujo valor poderia ser compensado noutras áreas fazendo uma boa gestão, como o Executivo costumava fazer, talvez ao nível das receitas correntes, sendo que aquela diminuição da taxa como propunham iria aliviar a carga fiscal suportada pelos cidadãos. Assim, o BE propunha uma taxa de zero vírgula trinta e sete por cento para o IMI. _____

---O Membro Brandão Pires dirigindo-se ao público presente disse que era sempre muito importante para os membros daquela Assembleia que estivessem presentes apesar de não estarem nas melhores condições, todavia estas seriam bastante melhores assim que fosse ultrapassado o constrangimento

existente naquele momento. Referindo-se ao secretariado que considerava de grande qualidade, que tinham o privilégio de ter naquela Assembleia e que tinha trabalhado muito bem nos anteriores mandatos, disse que certamente continuaria a trabalhar da mesma forma. _____

---Relativamente ao ponto em discussão e antes de falar propriamente do mesmo, referiu que uma questão era aumentar a taxa de IMI que era paga por cada munícipe e outra era aumentar a receita que o Município arrecadava por via daquele imposto que estava relacionado com o alargamento da base, com o facto de existirem mais pessoas a pagar e, portanto, não considerava lícito dizer-se que a Câmara Municipal tinha recebido mais, sendo que lhe parecia ter havido alguma confusão no discurso ao dizer-se que a Câmara Municipal estava a receber mais, logo as pessoas estavam a pagar mais. Considerava que tal facto não correspondia à verdade pois a Câmara podia receber mais e os cidadãos pagarem menos bastando para tal que houvesse mais pessoas a pagar. Pensava que poderia ter havido alguma dúvida de interpretação nos discursos que tinham sido proferidos a respeito, pelo que pretendia esclarecer aquele ponto. _____

---Queriu realçar o que o Presidente da Câmara tinha referido, que era o facto de aquele ser o terceiro ano consecutivo em que a taxa baixava, sendo que no ano anterior tinha sido fixada em zero vírgula trinta e oito por cento e no corrente ano, zero vírgula trezentos e setenta e cinco por cento, pelo que, efetivamente a taxa baixava pelo terceiro ano consecutivo tendo consequentemente repercussões financeiras. Assim, se efetuassem uma análise entre os parâmetros, sendo o restante constante, verificavam que a receita diminuía entre cem a cento e vinte mil euros que era compensada pelo facto de existirem mais pessoas a pagar. Assim se a receita ia diminuir ou não, seria o que afeririam no decurso do ano mas, em princípio, aqueles valores não se verificariam visto estarem mais pessoas a entrar no sistema. _____

---Continuou referindo que considerava estar a ser efetuado um raciocínio também errado e que era muito usado nos discursos, que era o facto de ser mencionado que iriam devolver aos tavirenses, o que não era verdadeiro, pois no caso de pessoas que não possuíam qualquer habitação, não teriam nada a devolver pelo que não podiam generalizar. _____

---Por vezes ficava surpreendido com alguns discursos de alguma esquerda que defendia aquela tese, de que iam devolver aos tavirenses, como se estivesse a devolver algo a pessoas de rendimentos mais baixos, aos sem-abrigo, o que não era verdadeiro pois era diferenciado sendo que poderiam eventualmente devolver a algumas pessoas que pagavam e que iriam ver os seus montantes a pagar ligeiramente reduzidos, mas considerava abusivo falar-se nos tavirenses em geral, pois tratava-se apenas das pessoas que pagavam IMI. _____

---O Membro Brandão Pires acrescentou que existia ainda um elemento central naquela questão da fixação da taxa do IMI, que não poderiam esquecer, e que ele gostava de levar ali à colação. Os territórios competiam sendo que as pessoas poderiam pretender adquirir uma habitação em Tavira ou

no Município ao lado, Olhão, Castro Marim ou outro e, portanto, tal também tinha que ser ponderado na fixação da taxa do IMI tendo presente aquela competitividade entre municípios. Desconhecia o que as restantes Assembleias Municipais estavam por aquela altura a aprovar, mas tinha presente os números referentes ao ano anterior sendo que poderia citar alguns exemplos. _____

---Relativamente ao ano anterior em que, como todos sabiam, a Câmara de Tavira tinha fixado zero vírgula trinta e oito por cento, como tinha sido aprovado naquela Assembleia Municipal, o Município de Olhão tinha fixado a taxa em zero vírgula quarenta por cento, São Brás de Alportel em zero vírgula quarenta e dois por cento, Castro Marim em zero vírgula quarenta por cento e, Faro e Vila Real de Santo António em zero vírgula quarenta e cinco por cento. Assim, verificava-se que no sotavento algarvio era Tavira que tinha a taxa mais baixa cuja questão tinham que ter presente ao analisarem o que propunham, porém sabia que existia sempre o facto de quem estava na oposição defender que a taxa baixasse ao contrário do Executivo que tinha uma posição diferente, o que eventualmente aconteceria se estivessem em posições inversas em que poderiam estar ali a defender questões exatamente contrárias. _____

---Para terminar, disse que do seu ponto de vista e do ponto de vista técnico, lhe parecia razoável, cauteloso, previdente, a taxa que tinha sido proposta para o ano de dois mil e dezoito, que estava a votação e que, naturalmente, o PS iria votar favoravelmente. _____

---O Membro Jorge Corvo disse que relativamente ao IMI a receita aumentava por um aspeto que deviam de privilegiar e que se devia sobretudo ao facto das isenções, oito anos, estarem a terminar e os jovens tavirenses que tinham adquirido uma habitação há oito anos com taxas de juro altas, com capitais altos, estando presentemente a deixar de beneficiar daquela isenção, necessitarem da ajuda do Município até porque as receitas iriam continuar a aumentar, sendo que aquele era o momento em que esses jovens necessitavam, mais que nunca, do auxílio do Município que, aplicando uma taxa de IMI baixa os ajudava, e muito. _____

---A base de alargamento também ia crescendo resultado de nos últimos anos, felizmente, se estar a verificar uma retoma da construção originando um incremento do IMI. _____

---Era por todas aquelas razões e pelo que eram as contas do Município que consideravam ser razoável o pedido, a reivindicação que faziam, quer em Reunião de Câmara, quer naquela Assembleia Municipal, para baixar a taxa de IMI para os tavirenses, que repetia, para a faixa jovem com quem estavam mais preocupados, para quem as isenções estavam a acabar e que tinham vindo a terminar nos últimos anos o que fazia com que o valor da receita da Câmara Municipal aumentasse bastante. _____

---O Membro Brandão Pires referiu que não querendo insistir, gostava de abordar a questão que tinha surgido, sendo que cada um podia adornar o discurso com o que entendesse, os jovens, as mulheres, os idosos, mas voltando à questão dos tavirenses também podiam fazer o raciocínio de que grande parte daquelas habitações era de quem não beneficiava dos oito anos de isenção pois muita da verba recebida

pela Câmara Municipal era resultante do pagamento por pessoas residentes fora do Concelho de Tavira que possuíam uma segunda habitação verificando-se portanto uma transferência de verbas de outras regiões para Tavira que seria aplicada em favor dos tavirenses. Era pois uma outra perspectiva, outra análise que poderia ser feita se começassem a escapelizar a questão e em vez de fazer o discurso em torno dos jovens poderia fazer o discurso do “Robin Hood” por estarem a tirar de outras regiões para dar aos cidadãos de Tavira. _____

---O Membro Jorge Corvo referiu que de facto enumeravam o que entendiam, os Municípios vizinhos, onde existiam taxas diferenciadoras, todavia também podiam dar como exemplo um Município que podia ter uma receita muito elevada e que em termos de não residentes tinha a maior faixa, como era o caso do Município de Loulé e, no entanto, tinha a taxa de IMI fixada em zero vírgula trinta por cento, pelo que qualquer argumento era válido. _____

---Era um facto que nada do que tinha sido dito era refutável, sendo que os argumentos utilizados eram reais e, como tal, felizmente tendo as contas equilibradas o pedido, a reivindicação que apresentavam era possível até tendo em consideração o facto de no ano de dois mil e catorze para dois mil e quinze, na maior parte das circunstâncias, o IMI não tinha descido mas subido. _____

---O Membro Jorge Corvo solicitou que, se possível, gostariam de votar em separado os três pontos que compunham a proposta da determinação das taxas de IMI. _____

---O Presidente da Câmara referiu que presentemente, até setembro do corrente ano, a receita do IMI tinha reduzido um vírgula vinte e quatro por cento o que representava o valor de sessenta e seis mil euros a menos. _____

---Era o Executivo que mais pretendia reduzir impostos para todos e frisava que verdadeiramente tinha sido aquele Executivo o único a baixar a taxa do IMI durante três anos consecutivos e anteriormente já existiam jovens e outras classes. Tinham sido os únicos a iniciar um processo de redução mesmo com as dívidas que tinham herdado e com as intervenções e empréstimos que tinham vindo a liquidar, sendo que a história não se apagava nem se reescrevia, e mesmo assim em início do terceiro mandato mantinham o compromisso de ir baixando os impostos mas fazendo-o de forma a conseguirem manter as contas da Câmara sustentáveis. _____

---O PSD tinha apresentado a proposta de redução da taxa para zero vírgula trinta e cinco por cento o que, pelas contas do Executivo, equivalia a cerca de um milhão de euros de perda potencial de receita, o que a Câmara Municipal não conseguiria suportar. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta da Câmara Municipal número 176/2017/CM, referente à determinação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) à votação dividida em três pontos. _____

---O ponto número um referente à fixação das taxas de IMI para o ano de dois mil e dezoito em zero vírgula oito por cento para os prédios rústicos e em zero vírgula trezentos e setenta e cinco por cento

para os prédios urbanos avaliado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor e seis votos contra. _____

---O ponto número dois referente à determinação da aplicação da redução de taxa nos imóveis em que o proprietário tivesse dependentes no seu agregado familiar, com a aplicação de uma redução de vinte euros para um dependente, quarenta euros para dois dependentes, e com três ou mais dependentes, setenta euros, foi aprovado por maioria de vinte e seis votos a favor e um voto contra. _____

---O ponto número três referente à majoração em trinta por cento nos termos previstos no nº. 8 do artº. 112 do CIMI, sendo a taxa aplicável a prédios urbanos degradados no centro histórico de Tavira, cujos limites de área de reabilitação urbana tinham sido aprovados em 25 de fevereiro de 2013 e publicados em Diário da República no nº 58, II Série, de 22 de março, aviso número 4225, foi aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor e um voto contra. _____

---O Membro Artur Sanina efetuou uma declaração de voto: _____

---"O Bloco de Esquerda votou contra a taxa de IMI proposta por discordar da mesma e defender uma maior redução percentual com o objetivo de aliviar a carga fiscal dos munícipes do Concelho de Tavira."

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dezasseis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 178/2017/CM, referente à determinação da participação variável no IRS. _____

---O Presidente da Câmara informou que se tratava de uma proposta do Executivo, aprovada em Reunião de Câmara, para fixar a taxa do imposto do IRS em cinco por cento. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que no seguimento da análise que tinham efetuado relativamente ao IMI, também tinham analisado o IRS sendo que os cinco por cento representavam o valor máximo que poderia ser aplicado, pelo que pensavam, mais uma vez, e analisando as receitas do Município relativamente aos mesmos anos, dois mil e treze a dois mil e dezasseis, que tendo estas aumentado duzentos e onze mil, quatrocentos e quarenta e nove euros, pelo que consideravam que mesmo com alguma perda de receitas poderiam aliviar a carga fiscal dos cidadãos de Tavira. Assim, propunham que a taxa fosse fixada em três por cento considerando todo o conjunto de impostos aplicados pelo Município como era o caso da Derrama e da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), que não podiam ser dissociados, significando que as perdas poderiam ser compensadas. _____

---Com os valores que propunham haveria realmente uma perda para o Município, contudo pensavam que mesmo assim seria possível aliviar a carga dos cidadãos de Tavira, pelo que tal como relativamente ao IMI, o BE iria votar contra aquela proposta por considerarem que, e não se tratava de devolver, mas poderiam aliviar a carga fiscal dos tavirenses. _____

---Sabendo da maior dinâmica do setor imobiliário com a maior procura de habitações que se estava a verificar, o que pretendiam era estabelecer as pessoas em Tavira, cativar os jovens, de modo a que não fossem procurar outros locais. _____

---O Membro Jorge Corvo referiu que se tratasse de um Município que necessitava de mais receita, mais impostos e da contribuição de todos, deveriam de recorrer à aplicação dos cinco por cento no IRS, todavia quando tal não se verificava, devendo por isso aliviar para que as pessoas pagassem menos porque fazia alguma diferença. Desconhecia se o termo era aliviar ou o que entendessem, porém o que precisavam era que as pessoas pagassem menos e, enquanto as contas da Câmara se mantivessem nas condições em que se encontravam, os investimentos na mesma linha e não existissem derrapagens, pensava que existiam condições para diminuir as taxas, razão porque adotavam exatamente a mesma posição que tinham tomado relativamente ao IMI. _____

---O Membro Brandão Pires referiu que se tratava de uma taxa para os tavirenses mas de maneira diferenciada. _____

---Para contextualizar disse que o Governo fixava os impostos, dava mais competências, mais atribuições, mais responsabilidades aos municípios para o que eram necessários meios que teriam que ser transferidos, pelo que tinha tomado a iniciativa de que os mesmos recebessem cinco por cento do IRS que de alguma forma era uma compensação para as competências cada vez mais acrescidas que eram exigidas aos Municípios. Todavia, em simultâneo indicava algo que considerava incrível que era o facto dos municípios, se assim o entendessem, poderem devolver aos cidadãos aqueles cinco por cento a que tinha direito para fazer face às despesas acrescidas, o que o levava a questionar porque o Governo não devolvia também aos cidadãos parte dos noventa e cinco por cento a que tinha direito ao invés da devolução ser efetuada pela parcela dos municípios. _____

---Tratava-se de uma visão extremamente centralista de como deviam de ser geridos os impostos, o que devia ou não ser devolvido, o que não deixava de chocar para quem defendia o municipalismo e as regiões. _____

---Pelas suas contas, a receita significaria cerca de setecentos mil euros ano para o Município de Tavira, o que era bastante. _____

---No Algarve apenas seis municípios utilizavam aquele mecanismo mas a nível nacional, dos trezentos e oito municípios, cerca de cem utilizavam aquela taxa com situações diferenciadas estando a devolver verbas às pessoas. Como já tinha dito, para a Câmara de Tavira representava uma receita de cerca de setecentos mil euros sendo que estavam a devolver às pessoas, o que equivalia, em média, a quarenta euros por ano mas que não se destinava a todos. Era por aquela razão que mais uma vez ficava espantado com determinadas posições de partidos de esquerda pois, provavelmente para muitos, para quem tinha rendimentos acima dos dez mil euros mensais, é que aquela redução de IRS representaria uma verba significativa. _____

---Acrescentou que a questão era que metade das famílias portuguesas não pagava IRS, pelo que a média dos quarenta euros ano apenas teria alguma importância para quem muito auferisse porque para os restantes eram devolvidas importâncias ridículas como sete, oito ou dez euros. _____

---Para concluir disse que quando se referiam aos tavienses, também naquela questão não era para todos pois havia quem ganhasse muito e que pagava ou devia pagar o IRS correspondente e outros que não, pelo que não podia estar mais de acordo em que a Câmara Municipal mantivesse os cinco por cento a que tinha direito e que tal como os outros municípios muito tinham lutado para conseguir. _____

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta da Câmara Municipal número 178/2017/CM, referente à determinação da participação variável no IRS a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte votos a favor, seis votos contra e uma abstenção. _____

---O Membro Artur Sanina efetuou uma declaração de voto: _____

---"O Bloco de Esquerda votou contra a taxa de cinco por cento do IRS a aplicar no ano de dois mil e dezoito por discordar da mesma e defender uma redução percentual de dois por cento com o objetivo de aliviar a carga fiscal dos municípios do Concelho de Tavira." _____

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dezassete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 179/2017/CM, referente à determinação da Derrama. _____

---O Presidente da Câmara Municipal referiu que era aquele ponto que continha a receita extraordinária da qual iriam prescindir. _____

---A derrama era um imposto sobre os lucros das empresas pelo que quanto mais lucros tivessem mais poderiam ser tributáveis em termos de derrama. Já há alguns anos que consideravam que o tecido empresarial de Tavira merecia ser diferenciado porque estavam em fase de investimento, de que necessitavam, pelo que pretendiam que alguns empresários apostassem também no Concelho de Tavira sendo o que faziam pela via da derrama. _____

---Considerava que o mundo estava ao contrário pois o que verificava era que pessoas que teoricamente deviam de defender os empresários estavam presentemente a considerar que lhes devia de ser aplicada a derrama que, quando a política nacional era a derrama estadual, já estavam a favor da derrama, pelo que dependia da posição em que se encontravam. _____

---O que tinham proposto no programa eleitoral que tinham apresentado, era no sentido de não cobrarem derrama em Tavira. _____

---Quando havia a derrama, esta significava uma verba de cerca de seiscentos e cinquenta mil euros que não tinham conseguido abdicar no início do primeiro mandato tendo esta passado para zero no final do mandato. No segundo mandato não tinham proposto o que quer que fosse relativamente à derrama tendo resistido estoicamente em não voltar a implementar aquele imposto mesmo de forma diferenciada uma vez que a legislação tinha passado a permitir que este fosse aplicado por estabelecimento, mas tinham resistido por considerarem que deviam de dar um incentivo aos empresários, às cadeias de supermercados, a todas as empresas para que investissem em Tavira criando postos de trabalho que lhes parecia ser um fator relevante. _____

---No primeiro ano do presente mandato, e não tendo colocado nada no programa eleitoral, tinham que ir acompanhando a questão daquele imposto. Tavira ainda estava em fase de investimento pelo que consideravam, também pelas contas da Câmara e pelo total dos impostos municipais, que não deviam de tributar os lucros das empresas localizadas em Tavira que podiam fazer de forma parcelar ou total conforme as várias propostas existentes, todavia pensavam que a derrama para Tavira deveria de ser zero constituindo-se assim como um fator diferenciador para o investimento no Algarve, razão porque tinham elaborado a proposta de que a derrama para o ano de dois mil e dezoito fosse zero, o que já tinha sido aprovado em Reunião de Câmara. _____

----O Membro Jorge Corvo referiu que felizmente estava de acordo com o Presidente da Câmara, de que estava tudo ao contrário. De facto não era usual ver, por parte do PS, como esquerda, já tendo sido mais centro até com o PSD, mas sendo de esquerda naquele caso, defender que os tavirenses deveriam de pagar IRS e as empresas não deveriam de pagar derrama. _____

----A derrama era um imposto que de certa forma tinha alguma flexibilidade que permitia ao Executivo camarário adequar e simultaneamente que as empresas se instalassem ficassem isentas, até tendo em consideração o fator empregabilidade, o número de empregados tavirenses nessas empresas, o fator tempo para a isenção, permitindo assim que as empresas que se instalassem em Tavira, até mesmo não tendo aí a sua sede fiscal, pudessem contribuir e colmatar o que podiam poupar aos tavirenses quer em IRS, quer em IMI. Todavia o que era proposto era zero, não tendo sido tentado encontrar uma fórmula, por exemplo, uma empresa poderia ter três anos de isenção tendo que empregar um determinado número de tavirenses. Considerava que teria que existir uma forma justa de compensar os impostos que os tavirenses deixassem de pagar e passassem a pagar aquelas empresas que se instalavam em Tavira cujo argumento de que não se instalariam não considerava válido pois não seria por ser cobrada ou não a derrama que uma empresa, por exemplo, como o Pingo Doce, o Continente ou semelhante, deixaria de se instalar em Tavira. _____

----Considerava pois que estavam a desprezar um fator que devia de ser levado em conta e que podia equilibrar o que reduziam nos outros impostos. _____

----O Membro Artur Sanina disse que em resultado da análise que tinham efetuado e pelas perdas que se iriam verificar com as propostas que tinham apresentado para o IRS e IMI, a derrama não deveria de ser zero, devendo antes ser aplicada uma taxa de um por cento que não seria para todas as empresas como era o caso de empresas pequenas que não seriam taxadas. Assim o que propunham era que a derrama fosse aplicada a empresas com lucros a partir dos cento e cinquenta mil euros como era o caso dos bancos ou grandes superfícies comerciais, ficando as pequenas empresas isentas de pagamento. Com a aplicação do que propunham o que se iria verificar era que parte da receita que não era arrecadada por via dos outros impostos seria recuperada. _____

----Tinha muitas vezes valorizado a gestão camarária no que se referia à redução da dívida que lhes tinha sido deixada e pelas intervenções realizadas, todavia já constituíam o Executivo há oito anos, dois mandatos, e as contas estavam a ficar equilibradas, muito pelo esforço e gestão do Executivo, pelo que tinham que pensar nos cidadãos. Na sua opinião a perda de receitas que a Câmara teria com o IRS e IMI poderia ser compensada com a derrama. Porém sabia que com a aplicação de um por cento nos valores das empresas com lucros acima dos cento e cinquenta mil euros a verba arrecadada não seria suficiente pelo que podiam ainda contar com os cerca de dois milhões de euros da receita do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) sendo que sem qualquer problema seria possível arrecadar verbas mesmo com os investimentos, as intervenções que tinham para executar. Considerava pois que apenas com o IMT era possível colmatar todas as perdas que tivessem nos dois impostos já referidos. _____

----Poderia até questionar quantas empresas se tinham instalado em Tavira apenas pelo facto da derrama ser zero por cento. Pensava que a razão por que não existiam mais empresas se devia ao facto das empresas não pretenderem pagar o preço por metro quadrado dos lotes do Parque Industrial ao preço a que estavam a ser vendidos que, afastava as empresas, não cativavam ninguém e ainda as dificuldades que as empresas que ali tinham adquirido lotes que, não sendo bem informados, estavam com grandes problemas para se instalarem. _____

----Acrescentou que se pretendiam cativar as empresas para Tavira teriam que agir do mesmo modo que outros municípios onde praticamente tinham oferecido os lotes aos contrário de Tavira onde tinham como finalidade gerar receita, pelo que não era fácil uma empresas instalar-se devendo pois serem criados os meios para que tal acontecesse. Conhecia o caso de uma pequena empresa que para se instalar estava a enfrentar graves problemas devido a alterações dos regulamentos, dos projetos, mas o que era importante era que os lotes tivessem sido vendidos por ser necessário vender, contudo até a própria empresa que geria os lotes do Parque Industrial tinha tido problemas que tinham levado à sua dissolução. _____

----Considerava que se o Executivo pretendia cativar empresas para Tavira, com a gestão que tinha vindo a fazer que ele até valorizava, teria que encontrar incentivos fiscais porque os lotes ao preço que estavam não cativavam boas empresas para se instalarem em Tavira. _____

----A sua proposta consistia pois na fixação da derrama em um por cento sobre os valores de lucros a partir de determinado montante sendo pois destinada apenas a grandes empresas porque as pequenas necessitavam de outro tipo de apoios. O que tinham feito era tentar equilibrar a receita, mostrando que perdiam para aliviar a carga fiscal dos tavirenses e compensando com um por cento nos lucros, por exemplo dos bancos, do Pingo Doce, que certamente nada lhes afetaria. _____

----Pensava que era o momento do Executivo optar, ou desagravava a carga fiscal dos seus cidadãos ou apoiava constantemente as empresas com lucros superiores a cento e cinquenta mil euros que eram as

grandes empresas que pagavam salários mínimos, exploravam as pessoas não pagando horas extraordinárias e até mesmo as ameaçavam. _____

----Citando como exemplo a empresa Driscoll's, tinham tido que aprovar uma proposta de que a sua instalação em Tavira era de interesse municipal, relativamente à qual tinha votado contra referindo as condições de trabalho que as pessoas iriam ter, quantos postos de trabalho iriam criar, que formação iriam dar e quantas pessoas de Tavira iriam dispor de emprego. Não tendo nada contra as pessoas, o que se verificava presentemente era que os empregos eram para pessoas que vinham de Singapura e outros países, que até para se protegerem da chuva tinham que utilizar sacos do lixo porque não dispunham de quaisquer condições de trabalho. Assim questionava sobre o que esta tinha trazido para Tavira pois não tinham criado postos de trabalho, as águas estavam contaminadas, as áreas das estufas eram colocadas a cinco metros das habitações cujos habitantes tinham passado a respirar os pesticidas e estragado os terrenos. Portanto cativar empresas como aquela era algo que não pretendia pelo menos para as suas filhas. _____

----Concluiu dizendo que considerava que era uma opção que tinham que tomar e sendo o Presidente da Câmara uma pessoa inteligente na gestão da Autarquia sabendo gerir todas as verbas, ao continuar a aplicar uma taxa de zero por cento na derrama, como dizia, para cativar as empresas, porque não taxar os grandes lucros de empresas que podiam facilmente pagar um por cento cujo valor certamente teria muito pouco impacto nas suas contas continuando a apoiar as empresas pequenas. _____

----O Membro Brandão Pires referiu que existiam argumentos interessantes e que julgava que deviam de ser estudados devendo-se aprofundar a temática da derrama uma vez que a própria legislação possibilitava um conjunto de variações, nuances, que permitiam aplicar a derrama a algumas empresas e não aplicar a outras podendo por isso serem seletivos. Considerava que seria um trabalho interessante e que poderia ser pensado para os anos seguintes uma vez que naquela altura julgava não existirem condições algumas para elaborarem esse trabalho aprofundado sobre onde poderiam aplicar a derrama e onde não deveria ser aplicada. _____

----Esclareceu que a derrama era um imposto sobre um imposto, pelo que, por vezes ao discursar-se dizia-se que as empresas grandes não pagavam, o que não era correto uma vez que sendo aquele um imposto sobre os lucros obtidos, os lucros obtidos em sede de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas que o pagavam, a derrama tratava-se de um adicional sobre esse imposto, cujas empresas já liquidavam e dispunham de situação tributável, sendo que o valor poderia ir até um e meio por cento. _____

----Considerava que a questão deveria de ser estudada pelos diferentes grupos parlamentares ali representados sendo interessante verificarem onde podia ser aplicada, porém existia um efeito perverso naquele tema. Presentemente existiam trezentos e oito Municípios em Portugal onde a derrama era aplicada apenas em vinte e três o que certamente não era por acaso. Os municípios

Reg.
[Handwritten signature]

algarvios não aplicavam a derrama pelo que se Tavira passasse a aplicar aquele imposto ficaria com o anátema, a marca, independentemente do que significasse, sendo que do ponto de vista do empresário a parangona seria de que Tavira aplicava a derrama às empresas, pelo que lhe parecia existir uma espécie de jogo para ver quem iniciava sendo que não seria por acaso que não existia qualquer Município no Algarve com derrama. _____

---Ainda naquele mesmo dia tinha estado a consultar o Portal das Finanças onde tinha verificado que na lista dos vinte e três municípios que aplicavam a derrama não constava qualquer município do Algarve que, eventualmente poderiam vir a aprovar para o ano seguinte ou até mesmo já podiam ter aprovado, mas nos dados do corrente ano reportados no Portal das Finanças, não constavam. Contudo pensava que ainda era muito cedo para que naquela Assembleia tivessem condições para apresentar uma proposta na linha dos argumentos que ali tinham sido utilizados, bem estruturada, atingindo umas empresas e outras não, até porque tinham tomado posse há pouquíssimo tempo. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta da Câmara Municipal número 179/2017/CM, referente à determinação da Derrama a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor e seis contra. _____

---O Membro Artur Sanina efetuou uma declaração de voto: _____

---“O Bloco de Esquerda votou contra zero por cento da taxa de derrama para o ano de dois mil e dezoito por entender que há margem para obter receita por esta via, aliviando a carga fiscal que incide sobre o Concelho de Tavira.” _____

---O Presidente da Assembleia passou ao ponto número dezoito sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 181/2017/CM, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Ano 2018. _____

---O Presidente da Câmara explicou que se tratava de uma questão muito simples e que consistia na aplicação da taxa máxima permitida que era de zero vírgula vinte e cinco por cento. _____

---O Membro Brandão Pires disse que era interessante que aquela questão fosse ali apresentada novamente. Em outros anos, o BE muito tinha falado acerca daquela proposta que ele próprio também tinha abordado algumas vezes. O que considerava interessante no corrente ano era a diferença relativamente aos anos anteriores sobre o que os Vereadores do PSD em Reunião de Câmara até tinham feito uma declaração de voto a congratularem-se com o facto de presentemente não serem os cidadãos a liquidar aquela taxa de direitos de passagem e sim os operadores porque a Lei do Orçamento do Estado, Lei 42/2016 e o Decreto-Lei nº. 25/2017 que apoiava aquela execução, tinha obrigado a que essas empresas não repercutissem os valores nos consumidores e, portanto, tratava-se de uma obrigação muito bem recebida, diferente do que acontecia no passado em que constava nos recibos dos consumidores conforme dizia Rogério Fernandes Ferreira & Associados, Sociedade de Advogados que, em Portugal, talvez fossem os maiores entendidos na matéria. _____

----O Membro Jorge Corvo referiu que considerava engraçado o facto daquela alteração ter sido concebida por alguém que, principalmente o PS falava muito mal, que era Maria Luísa Albuquerque que no ano de dois mil e quinze tinha efetuado uma alteração à Lei 127/2015. _____

----O Membro Brandão Pires disse que nos recibos dos consumidores há dois anos atrás ainda constava o valor da TMDP. _____

----O Membro Jorge Corvo referiu que bastava consultar a legislação, mas aquela introdução tinha sido feita por Maria Luísa Albuquerque. _____

----O Presidente da Assembleia afirmou que não era o que estava em causa mas antes que já não eram os consumidores a pagarem os direitos de passagem, não sendo quem tinha introduzido a Lei que estava em discussão. _____

----Colocou a proposta número 181/2017/CM, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Ano 2018 a votação, que foi aprovada por unanimidade. _____

----Seguiu para o ponto número dezanove sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 182/2017/CM, referente ao júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, cargo de direção intermédia de 3º. Grau – 7-PC/17. _____

----O Presidente da Câmara informou que aquela proposta era para nomear o júri do procedimento concursal que tinha que ser aprovada pela Assembleia Municipal. Presentemente os júris dos concursos da Câmara não podiam conter membros eleitos municipais, nem na Câmara de Tavira nem noutra, o que considerava uma feliz alteração da Lei que impedia que Vereadores ou Presidente fossem presidentes ou vogais dos júris daqueles concursos sendo, por isso, os seus pares a resolver. Naquele caso concreto a Presidente do Júri do concurso de 3º. Grau era Cristina Palindra, Chefe de Divisão. _____

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 182/2017/CM, referente ao júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, cargo de direção intermédia de 3º. Grau – 7-PC/17 a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----Passou ao ponto número vinte sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 184/2017/CM, referente à composição do Conselho Municipal de Educação e designação do representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia. _____

----Informou que iriam efetuar novamente uma eleição, por votação, para designarem o representante dos presidentes das juntas de freguesia a integrar o Conselho Municipal de Educação, bem como aprovarem sua composição. _____

----Nos boletim de voto constava o nome do Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa. _____

----Enquanto procediam à votação gostava também de colocar à consideração dos membros o que constava na proposta que era a nova composição do Conselho Municipal de Educação. _____

----Colocada à votação a proposta número 184/2017/CM, referente à composição do Conselho Municipal de Educação e designação do representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia foi a mesma aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. _____

----Quanto à designação do representante das juntas de freguesia, tendo sido proposto o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa, foi o mesmo eleito com vinte votos a favor, um voto contra e seis votos em branco. _____

----O Presidente da Assembleia passou ao ponto número vinte e um sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 185/2017/CM, referente ao concurso público para a aquisição de apólices de seguros – Seguro de acidentes pessoais para os membros dos órgãos autárquicos e compromissos plurianuais. _____

----O Presidente da Câmara disse que o que estava em apreciação eram os compromissos plurianuais porque se tratava de um concurso para quatro anos e, basicamente traduzia os valores das apólices de seguros dos membros do Executivo e da Assembleia Municipal, de e por conta de qualquer acidente pessoal, de e por conta das suas funções, e que resultava de uma tabela aprovada pelo Conselho Geral da ANMP, por sua recomendação, estando a contratar seguros naquele valor para todo o país. _____

----O Membro Jorge Corvo referiu que relativamente àquela proposta existiam duas questões diferentes. Tratava-se de um concurso plurianual, que tinha que ser ali apresentado para votação, o que gostariam que fosse votado individualmente e outra questão que não devia de estar em conjunto mas ser alvo de uma decisão prévia, que estava relacionada com os capitais de acidentes pessoais a subscrever, sobre o que se permitia efetuar algumas recomendações uma vez que não podia apresentar uma proposta. _____

----De facto constavam ali os valores propostos pela ANMP, no entanto não era tido em consideração as diferenças entre o Presidente, Vereadores e restantes membros dos órgãos autárquicos. Acontecia que quer o Presidente da Assembleia quer os Vereadores sem Pelouro estavam sujeitos a deslocações, a presenças, pelo que sugeria que tivessem um capital intermédio porque por via dessas deslocações estavam expostos a um maior risco, e por não beneficiarem de seguro de acidentes de trabalho ao contrário do Presidente e Vereadores em regime de permanência. Esta alteração não seria muito onerosa na proposta final do seguro até porque no caso de Tavira se tratavam apenas de três pessoas que passavam a beneficiar de um capital por morte e invalidez permanente no valor de cem mil euros, de uma incapacidade temporária, por dia, entre vinte e cinco e cinquenta euros, despesas de tratamento no valor de cinco mil euros e despesas de funeral no valor de cinco mil euros. _____

----Quanto aos membros da Assembleia Municipal sugeria que o capital para despesas de funeral passasse de dois mil e quinhentos para cinco mil euros pois considerava que o prémio estava muito baixo e garantia, por conhecimento próprio, que o impacto no prémio final do seguro seria de cêntimos.

----Concluiu dizendo que deixava aquela recomendação para todos que desconheciam se pretendiam ter, ou não, em conta. _____

----O Presidente da Câmara referiu que a recomendação estava efetuada mas não tinha condições de alterar a proposta que tinha sido aprovada em Reunião de Câmara onde aquele comentário não tinha sido feito. Assim, tomava nota da recomendação que iria consultar em ata a fim de verificarem se poderia ser contratado algo intermédio que pensava ser o sentido. Contudo aquela proposta era ali apresentada para deliberarem sobre os compromissos plurianuais uma vez que se encontrava fechada e aprovada, se não estava enganado, por unanimidade em Reunião de Câmara. _____

----O Membro Jorge Corvo referiu que o problema consistia no facto de ser presente a Reunião de Câmara sem ser objeto de qualquer recomendação o que estava relacionado com algo que pensava, de que os membros da Assembleia, ou pelo menos, os líderes de bancada deveriam de ter acesso ao portal do Município no que respeitava à consulta das propostas que eram apresentadas em Reunião de Câmara para que, atempadamente pudessem fazer recomendações quanto às mesmas e pudessem assim acompanhar a vida do Município no seu pleno em todas as propostas. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta número 185/2017/CM, referente ao concurso público para a aquisição de apólices de seguros – Seguro de acidentes pessoais para os membros dos órgãos autárquicos e compromissos plurianuais a votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade com a recomendação efetuada pelo Membro Jorge Corvo que a Câmara Municipal teria, seguramente, em consideração. _____

----Passou ao ponto número vinte e dois que se referia à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 186/2017/CM, referente à aquisição de serviços de desinfestação correta em espaços públicos e edifícios do Município de Tavira e de outras situações pontuais/excecionais – Compromissos plurianuais. _____

----O Presidente da Câmara informou que se tratava de um concurso para desratização, desinfestação de edifícios municipais no valor de vinte mil, oitocentos e vinte e cinco euros acrescidos de IVA que teria impacto para três anos pelo que tinha que ser sujeito a deliberação da Assembleia Municipal. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta número 186/2017/CM, referente à aquisição de serviços de desinfestação correta em espaços públicos e edifícios do Município de Tavira e de outras situações pontuais/excecionais – Compromissos plurianuais a votação, que foi aprovada por unanimidade. _____

----Seguiu-se o ponto número vinte e três sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 187/2017/CM, referente à assunção de compromissos plurianuais – Delegação de competência no Presidente da Câmara Municipal – n.º.3 do artigo 6.º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (LCPA). _____

---O Presidente da Câmara disse que a Assembleia Municipal, há quatro anos atrás, tinha decidido de igual modo já que podia delegar no Presidente da Câmara a competência para autorizar despesa até ao limite de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos que implicavam mais que um ano civil. Assim, poderiam ser deliberadas de imediato pelo Presidente da Câmara que, obviamente informaria a Assembleia Municipal, como tinha acontecido nos dois mandatos anteriores e que pensava ter sido sempre praticado desde que a Lei o permitia independentemente do Executivo que estava a exercer funções. _____

---Tratava-se pois de uma forma que facilitava a gestão para que alguns assuntos não tivessem que aguardar pela realização de uma Assembleia Municipal para poderem avançar. _____

---Colocada a votação pelo Presidente da Assembleia, a proposta número 187/2017/CM, referente à assunção de compromissos plurianuais – Delegação de competência no Presidente da Câmara Municipal – nº.3 do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (LCPA) foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor e seis abstenções. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que tinham sido aditados à Ordem do Dia, dois pontos, o ponto número vinte e quatro, número um do aditamento, que também se referia a compromissos plurianuais e abertura de procedimento e o ponto número vinte e cinco, número dois do aditamento sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 198/2017/CM, referente à 15-Emp/17 – Obras de Conservação na Escola EB+JI da Conceição – Compromissos plurianuais. _____

---Assim passava ao ponto número vinte e quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 197/2017/CM, referente ao Concurso Público para o fornecimento de refeições aos Estabelecimentos de Ensino do Pré-Escolar e 1º. Ciclo – Compromissos plurianuais e abertura de procedimento. _____

---O Presidente da Câmara informou que naquele momento tinham um contrato adjudicado pela lei do mercado para fornecimento de refeições a preço baixo, abaixo do valor que o Ministério de Educação pagaria à Câmara Municipal se o preço fosse mais elevado, pelo que a regra do concurso era uma alteração radical. _____

---Estavam a lançar um concurso para refeições a um euro e oitenta e cinco cêntimos acrescidos de IVA, valor acima da tabela pela qual o Ministério de Educação pagava à Câmara, sendo certo que o concurso não seria adjudicado com propostas inferiores a um euro e quarenta e seis cêntimos acrescidos de IVA que era o valor da tabela do Ministério de Educação pois não pretendiam que o valor das refeições descesse a um limite que pusesse em causa a qualidade das refeições escolares. Pretendiam pois uma aproximação à tabela mais alta que facilitava a incorporação de outros produtos como comida de dieta, vegetariana ou outra, conforme os requisitos constantes no Caderno de Encargos que não tinham sido contemplados no concurso anterior estando o presente substancialmente melhorado. _____

----Tratava-se de um concurso por três anos, aberto ao mercado, para que a comida pudesse ser confeccionada todos os dias nas escolas e distribuída em função do que eram as necessidades dos alunos que diariamente comiam comida confeccionada nas escolas por pessoas que na sua maioria eram de Tavira e estavam contratadas pela empresa. _____

----Para terminar, disse que o concurso tinha duas novidades, a introdução de um conjunto de critérios que anteriormente não existiam e, sobretudo o preço, porque a Câmara Municipal estava disponível para pagar mais para servir melhores refeições. _____

----A Membro Ana Margarida Baioa disse que apenas pretendia formular uma questão para que ficasse esclarecida. Assim, pretendia saber se aquelas refeições eram confeccionadas nas cozinhas dos refeitórios ou se eram adquiridas. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que eram confeccionadas. _____

----A Membro Ana Margarida Baioa quis saber se eram confeccionadas com produtos que recebiam de fornecedores e confeccionadas nas escolas. _____

----O Presidente da Câmara reiterou que as refeições eram confeccionadas nas escolas como presentemente acontecia que eram confeccionadas no Centro Escolar da Horta do Carmo e distribuídas pelas restantes escolas. Eram confeccionadas diariamente com produtos frescos, obviamente que teriam que existir fornecedores, mas não eram adquiridas e sim confeccionadas. _____

----O Membro Brandão Pires disse que a informação que chegava aos membros naquele caso de repartição de encargos era muito completa. Desconhecia se o mesmo se verificava em outras Câmaras Municipais e se acontecia no passado. Por exemplo em relação à repartição de encargos, enquanto Deputados Municipais recebiam toda a informação sobre o que estava em causa, a que se destinava, se era ou não confeccionada. Pretendia chamar à atenção que na documentação que recebiam também se encontrava algo que considerava muito interessante e que era toda a tramitação do processo na Câmara Municipal desde o técnico que tinha elaborado a primeira informação para lançamento do concurso, ao Chefe de Divisão que a despachava, até ao momento em que se encontrava. Recebiam todo o procedimento em anexo à proposta que considerava ser do que necessitava enquanto membro da Assembleia Municipal porque existia o Executivo que deliberava e tomava as decisões nas suas competências e a Assembleia Municipal a quem competia fiscalizar a ação do Executivo sendo que com aquela elumação dispunham de elementos mais do que suficientes para a fiscalização da ação do Executivo. _____

----Não lhe interessava nem sabia se seria legal ou possível que os membros fossem obtendo as informações disponíveis a meio do percurso. Naquele caso concreto tinham sido efetuados dezasseis despachos até chegarem à decisão, pelo que se tal se verificasse quase que saberiam antes dos Vereadores ou pelo menos ao mesmo tempo do técnico que propunha ou do que o Chefe de Divisão que despachava. Quanto à intervenção do Membro Jorge Corvo sobre o facto de deverem ter acesso

Online a toda a tramitação do processo antes da decisão da Câmara Municipal aproveitava o exemplo para dizer que, de facto a informação, desconhecendo se a legislação o obrigava ou não, que os Deputados Municipais recebiam era completíssima para qualquer assunto. _____

---O Membro Jorge Corvo disse que para esclarecimento de todos, eram apresentadas em Reunião de Câmara propostas que eram discutidas na Assembleia Municipal e propostas que não eram ali apresentadas, todavia pensava que os Deputados Municipais também deviam de ter conhecimento das propostas que não eram discutidas em Assembleia Municipal até porque algumas eram complementares e existiam outras situações que eram meramente de recomendação como era o caso da proposta relativamente aos seguros que tinham ali apreciado, sendo que todas elas eram remetidas exatamente com o mesmo suporte das que recebiam. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta número 197/2017/CM, referente ao Concurso Público para o fornecimento de refeições aos Estabelecimentos de Ensino do Pré-Escolar e 1.º. Ciclo – Compromissos plurianuais e abertura de procedimento a votação que foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. _____

---Passou ao último ponto da Ordem do Dia, ponto número vinte e cinco relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 198/2017/CM, referente à 15-Emp/17 – Obras de Conservação na Escola EB+JI da Conceição – Compromissos plurianuais. _____

---O Presidente da Câmara informou que se tratava de um processo que já decorria há algum tempo, tendo sido lançado no mandato anterior. Na prática tratava-se de uma das intervenções que estava prevista na Carta Educativa que a Assembleia Municipal tinha aprovado no último mandato. _____

---A Carta Educativa era composta por um conjunto de propostas cujos procedimentos estavam a decorrer e onde também constava a reabilitação do Jardim de Infância e Escola Primária do Primeiro-Ciclo da Conceição, sendo pois o que estavam a lançar para executar alterações profundas naquela escola que era uma escola de proximidade, pequena, que iria ser destelhada, colocado pavimento e criadas melhores condições. Tratava-se de uma intervenção no valor de duzentos e setenta e nove mil e novecentos euros com uma repartição de encargos para dois anos, havendo por isso a necessidade de contemplar uma rubrica com valor de mil euros para o corrente ano e o Orçamento de dois mil e dezoito ser dotado de duzentos e setenta e oito mil e novecentos euros para a empreitada de reabilitação da escola da Conceição. _____

---Colocada a proposta número 198/2017/CM, referente à 15-Emp/17 – Obras de Conservação na Escola EB+JI da Conceição – Compromissos plurianuais a votação pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi a mesma aprovada por unanimidade. _____

---Referiu que possuía um pedido de intervenção por parte do público a quem passaria a palavra logo após a aprovação das minutas. _____

---Efetuada a leitura das minutas foram todas aprovadas por unanimidade. _____

---O Município Luís Fernandes disse que a primeira questão que pretendia abordar estava relacionada com uma situação que estava a acontecer entre a Conceição e a Caiana. Quem virasse para o Robinson Hotels Portugal SA deparava-se com um amontoado de lixo que já ali se encontrava há algum tempo. Naquele mesmo dia tinha verificado se ainda ali se encontrava, o que acontecia, pelo que solicitava a possibilidade daquela situação ser corrigida. _____

---Quanto à segunda questão que pretendia colocar, estava relacionada com a Segurança Rodoviária. Na Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, mais propriamente na zona do Porto Carvalhoso a caminho para Bemparece, existia já há cerca de cinco meses uma vala aberta para colocação de um tubo de água cuja questão já tinha tido o cuidado de colocar ao Presidente da Junta mas nada tinha sido efetuado, desconhecendo portanto se estariam à espera que algum carro caísse na vala pois a sua abertura reduzia a estrada que já de si era estreita e se passassem ali dois veículos em sentidos contrários, poderiam ter algum problema, alguma dificuldade. Assim, gostaria que aquela situação fosse corrigida o mais rapidamente possível porque já há cinco meses que a vala estava aberta o que considerava não fazer qualquer sentido. _____

---Quanto à terceira e última questão tratava-se apenas de uma questão que gostava de colocar ao Presidente da Câmara. Segundo sabia existiam mais projetos agrícolas a serem criados principalmente na zona da Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, mas também já tinha visto na Conceição, pelo que gostava de saber se os projetos existentes e que estavam a ser criados respeitavam o Plano Municipal de Ordenamento do Território. _____

---Agradecendo as questões colocadas pelo Município Luís Fernandes, o Presidente da Câmara informou que relativamente ao lixo existente junto ao Robinson iria no dia seguinte solicitar ao Presidente da Junta de Freguesia para verificar por forma a resolverem o assunto. _____

---Quanto à vala aberta no Porto Carvalhoso seguramente que nos dias seguintes seria fechada. _____

---Relativamente aos projetos agrícolas, desconhecia a existência de novos projetos porque apenas quando se verificasse a descentralização de competências é que, em princípio, a Câmara passaria, desde o primeiro dia, a ter conhecimento para o licenciamento de novas unidades agrícolas, sendo o que constava nos documentos a que tinha tido acesso, sendo certo que quem licenciava presentemente tinha que cumprir o Plano Diretor Municipal (PDM) de Tavira. Assim, quando a Direção Regional de Agricultura procedia ao licenciamento de uma unidade, sobre o que a Câmara não era informada, tinha que cumprir os planos de ordenamento do território de Tavira porque a legislação não se destinava apenas a ser aplicada pela Câmara mas por todos, sendo a razão por que as eventuais queixas teriam que ser formalizada para a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve para justificarem as autorizações concedidas. _____

---Quanto à Câmara Municipal, justificaria tudo o que lhe competisse até porque poderia estar como denunciante numa situação que estivesse a acontecer no seu território sobre o que não tinha sido consultada em momento algum, nem em consulta prévia, nem em documentação. Considerava que tal procedimento não estava correto esperando que pudesse ser corrigido. A Câmara apenas licenciava equipamentos, casas de apoio ou arrumos e claramente respeitava os planos, pois apenas dessa forma eram emitidas as licenças. _____

---O que pensava que o Município Luís Fernandes se estava a referir era ao abate de árvores para o que existiam os órgãos de jurisdição e controlo que tratavam do terreno, nomeadamente o IGAMAOT, que estando no terreno e tinham sido notificado a Câmara para informar de conformidade. O que faziam era verificar, também tinham visto fotografias, deslocavam-se ao local, e tinham verificado a movimentação das máquinas. _____

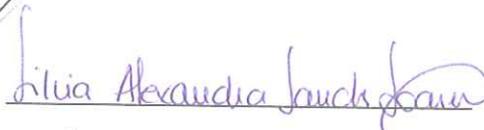
---Concluiu garantindo que o que era apresentado na Câmara e se encontrava conforme, era licenciado.

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu a presença e informou que seguramente ainda se voltariam a ver no corrente ano, o que não deveria acontecer antes do Natal, pelo que desejando um Feliz Natal a todos deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,



José Otílio Pires Baia



Sílvia Alexandra Sanches Soares



Maria José Dias Palma Simão Mestre